

Até 2022, haverá “uma verdadeira transição” para “novo modelo de gestão” focada na produção agrícola e florestal em todo o país, diz ministra

12 de Março, 2021

“O setor não parou. Nada faltou na mesa dos portugueses. Aumentámos as exportações de produtos agrícolas em mais de 5% face a 2019. E, no total do complexo agroalimentar, aumentámos as exportações em 2,5% e diminuámos as importações em 4,8%, também face a 2019. Significa que os produtos portugueses são reconhecidos pelos consumidores, que lhes dão preferência. Significa o esforço dos agricultores, produtores e trabalhadores. Significa que a Política Agrícola Comum (PAC) cumpriu o seu papel: garantiu a resiliência e a segurança dos sistemas alimentares”.

A afirmação é da ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, que falou esta quinta-feira na Assembleia da República, numa audição sobre a estratégia para o setor agrícola nacional.

No que diz respeito à PAC, que entra em vigor em 2023, a ministra da Agricultura não tem dúvidas de que os anos de 2021 e 2022 serão “de uma verdadeira transição para um novo modelo de aplicação, com foco numa gestão ativa de todo o território baseada numa produção agrícola e florestal inovadora e sustentável”. Aqui, segundo Maria do Céu Antunes, destacam-se as alterações no âmbito dos pagamentos diretos, de acordo com os objetivos do Programa do Governo e das recomendações da União Europeia, e o aumento do apoio à pequena agricultura, refere um comunicado do Ministério da Agricultura.

“Neste âmbito e perante diversos instrumentos que serão mobilizados para a recuperação socioeconómica e retoma do crescimento, importa clarificar que estes se complementam e que vão permitir ao setor, garantindo o rendimento e a segurança dos sistemas alimentares, dar continuidade ou iniciar os processos de digitalização e de introdução da chamada arquitetura verde”, precisa o comunicado.

Relativamente ao Pacote Next Generation, no PDR 2020, este totaliza 312 milhões de euros a serem comprometidos em 2021 e 2022, distribuídos por duas grandes áreas: 140 milhões de euros em Agricultura Biológica e 172 milhões de euros que visam o desenvolvimento económico e social das zonas rurais. Segundo o comunicado: “Pretende-se promover o acesso a estas linhas em regime de custos simplificados, sendo agilizada a submissão das candidaturas e todo o processamento administrativo até ao pagamento”.

Ainda no âmbito do PDR 2020 e com a ambição de tornar o setor mais sustentável, competitivo e resiliente, a nota do Ministério da Agricultura dá nota que, “neste quadrimestre, serão abertas candidaturas, designadamente

para renovação de tratores, para instalação de redes anti granizo e para instalação de painéis fotovoltaicos. No que toca à instalação e investimento de jovens agricultores em territórios de baixa densidade, será duplicada a dotação do aviso, atendendo à grande procura registada e dando resposta ao recente compromisso do Governo para a promoção da atividade agrícola em territórios vulneráveis aos fogos rurais”.

Já no que respeita ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), o qual também inclui o setor agrícola, clarifica-se que este corresponde a investimento público que vai alavancar a atividade privada. Para materializar esta afirmação, Maria do Céu Antunes deixou apenas alguns exemplos: “93 milhões de euros para a inovação e desenvolvimento tecnológico; e, para o uso eficiente da água, 47 milhões de euros para a rede de rega associada à barragem do Crato e 17 milhões de euros para medidas de eficiência hídrica no Algarve”.

O PRR contempla ainda um “conjunto de reformas e investimentos transversais que também beneficiam o setor agrícola e os agricultores, como sejam, entre outras, a cobertura 5G, a requalificação e melhoria de competências e a promoção da igualdade de oportunidades”, diz o mesmo comunicado.

O comunicado dá ainda nota que, “tendo em conta que a estratégia e a ambição passam por uma produção agrícola e florestal mais inovadora, para responder aos desafios da sustentabilidade económica, ambiental e social, no Conselho de Ministros de 4 de março, o Governo comprometeu-se, através de uma resolução, a promover, em complemento ao Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais e ao Programa de Transformação da Paisagem, a atividade agrícola nesses territórios, como forma de contrariar o despovoamento e o abandono da atividade agrícola que se verificou nas últimas décadas”.

O Ministério da Agricultura revela ainda que “no campo das culturas intensivas, serão apresentados dois trabalhos com reconhecimento e recomendações de boas práticas particularmente direcionadas para as culturas regadas de Alqueva, e, com base nesses estudos, será também apresentada uma resolução do Conselho de Ministros que defina as orientações para o setor e que permita esclarecer, informar e, sempre que necessário, comprometer o agricultor na introdução de práticas que melhorem o seu desempenho no que se refere ao respeito pelos valores da sustentabilidade ambiental, económica e social”.

Depois, “o reforço da sustentabilidade é também uma prioridade inerente à execução do Programa Nacional de Regadios, no âmbito do qual já foram aprovadas 59 candidaturas, beneficiando mais de 67.000 hectares, a que corresponde um investimento público de 392 milhões de euros”. Destas, assinala o comunicado, “quatro foram aprovadas há poucos dias, relativas ao AH de Mortágua, ao AH da Gardunha Sul, ao AH do Vale da Vilariça e ao Circuito Hidráulico de Reguengos de Monsaraz, no valor de 50 milhões de euros. Acresce a recente aprovação de estudos para a segurança de barragens, no valor de 1,66 milhões de euros, e a promoção de um estudo, de âmbito nacional, sobre as necessidades de investimento e do potencial de desenvolvimento do regadio coletivo eficiente”.

Na sua intervenção, a governante considerou fundamental “dar nota pública

sobre os compromissos dos agricultores, será incentivado, com políticas públicas, a certificação dos sistemas de regadio sustentável, reconhecendo as boas práticas baseadas na conservação do solo e no uso eficiente da água, assim como em relação ao bem-estar animal”.

A ministra da Agricultura, Maria do Céu Antunes, lembrou ainda as diversas ações tomadas pelo Governo, em constante diálogo com as associações e confederações, visando apoiar as áreas mais afetadas: “O Ministério fez o que lhe competia. Assegurou que 1.600 milhões de euros chegassem ao setor, para garantir a tesouraria, o fundo de maneio e a previsibilidade necessária. (...) Garantimos que as linhas de crédito e as medidas de lay-off estivessem disponíveis também para o setor. No que diz respeito ao conjunto de linhas de crédito para mitigação dos efeitos derivados da Covid-19, o setor agroalimentar tem vindo a candidatar-se, sendo evidência disso os cerca de 600 milhões de euros que, à data de hoje, se encontram aprovados. Contudo, relembro: o setor não parou”, sublinhou.

Ainda neste âmbito, a governante realçou que foram assegurados “111 milhões de euros de adiantamentos de pedidos de pagamento. Reforçámos os pagamentos diretos em 85 milhões de euros, discriminando positivamente a pequena agricultura e os territórios menos competitivos, e 25 milhões de euros para o apoio às zonas desfavorecidas. Antecipámos os pagamentos do PU – 110 milhões de euros em agosto, 412 em outubro e 368 em dezembro. No setor do vinho, pagámos 65 milhões de euros, em que 11 foram medidas excecionais de crise. Já no PDR, pagámos 512 milhões de euros, sendo 150 para medidas agroambientais e 241 para investimento. A este propósito, importa dizer que o PDR tem uma taxa de compromisso de 100% e 76% de execução. Claramente, o melhor desempenho a nível nacional e dos melhores no ranking europeu”.